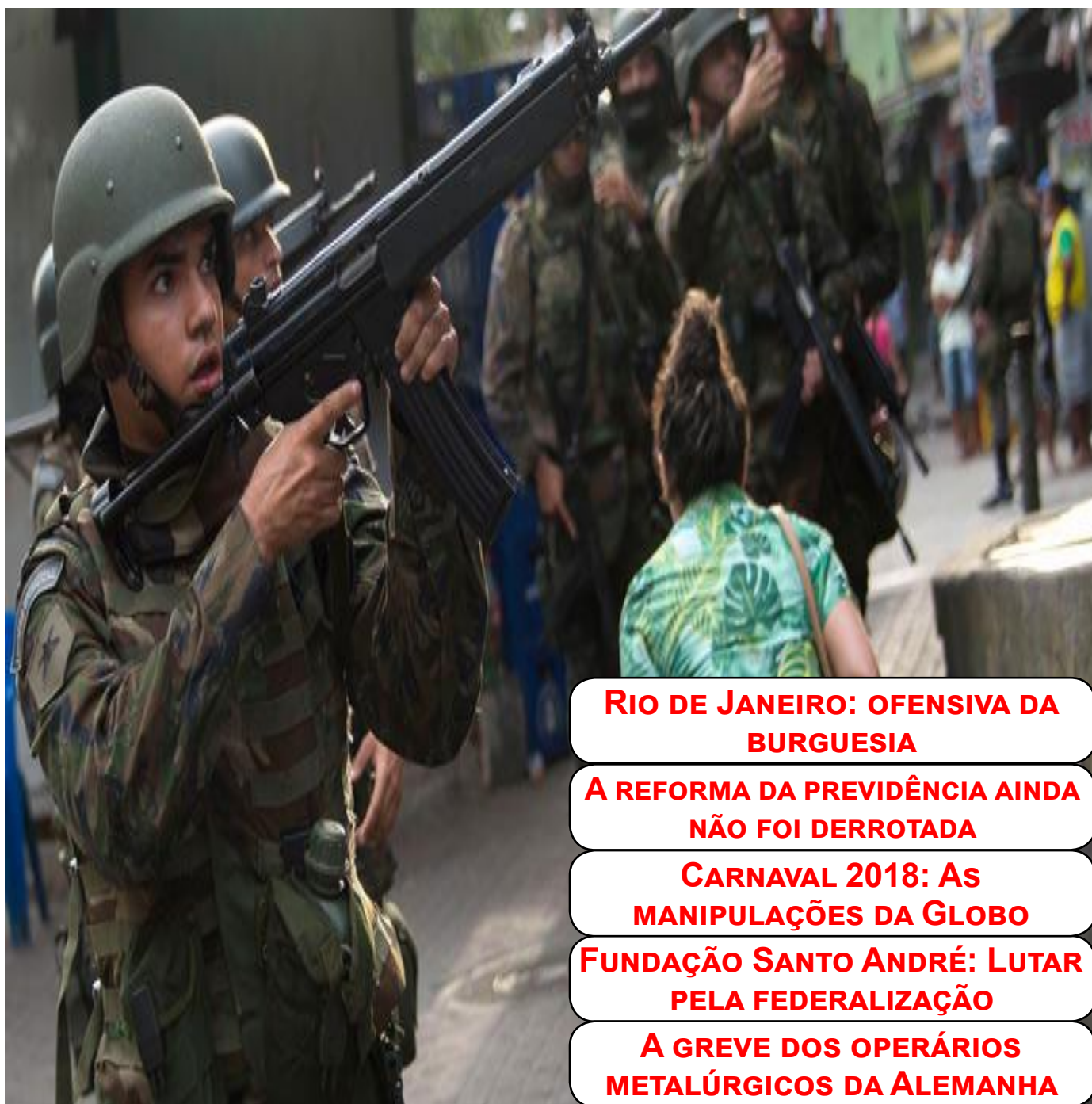


NÃO À INTERVENÇÃO NO RIO DE JANEIRO! PELA DESOCUPAÇÃO DE MORROS E FAVELAS!



**RIO DE JANEIRO: OFENSIVA DA
BURGUESIA**

**A REFORMA DA PREVIDÊNCIA AINDA
NÃO FOI DERROTADA**

**CARNAVAL 2018: AS
MANIPULAÇÕES DA GLOBO**

**FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ: LUTAR
PELA FEDERALIZAÇÃO**

**A GREVE DOS OPERÁRIOS
METALÚRGICOS DA ALEMANHA**

POR TRÁS DA INTERVENÇÃO NO RIO DE JANEIRO: OFENSIVA DA BURGUESIA CONTRA A CLASSE TRABALHADORA



Nota construída conjuntamente pelo Movimento de Organização Socialista-RJ (MOS) e Espaço Socialista

Os vários problemas que a burguesia enfrenta na esfera política (corrupção, desgaste dos políticos, etc.) têm levado a uma certa instabilidade e encontram dificuldades para solucionar nas “vias normais”. É o caso do Rio de Janeiro, com o governo estadual e o prefeito sem credibilidades, com a perda de legitimidade das polícias diante da população, com o alto desemprego e com o caos social transformando o estado em um “barril de pólvora”.

A intervenção por forças militares no Rio de Janeiro somente pode ser compreendida a partir da luta de classes, ou seja, a tentativa da burguesia em conseguir impor seu projeto político de poder.

Esse projeto agrega, como exemplo, a necessidade em controlar a classe trabalhadora, o processo de privatização (entrega!) da Petrobrás para as grandes corporações petrolíferas do mundo, etc. Algo que vem ocorrendo, cada um a seu modo e a seu tempo no Afeganistão, Iraque, Líbia, Venezuela e, nesse momento, com profundas atrocidades na Síria. Não pode ser coincidência que essa intervenção é no Rio de Janeiro, o principal produtor de petróleo do país.

O discurso de combate ao crime, retomar o papel do Estado, acabar com o tráfico de drogas, etc. é falso pois, na verdade, o real objetivo da ocupação é derrotar a classe trabalhadora, do Rio de Janeiro e do Brasil.

Os objetivos da intervenção são políticos. Buscam manter com

a força e a repressão aos pobres, o controle político do estado pelos mesmos grupos que o dominam há anos.

Em regra, as Forças Armadas não atuam nas questões políticas se não fizerem parte de um plano da burguesia. São raros os casos na história de os militares atuarem “por cima das classes sociais”.

A profundidade da crise do capital em escala global afeta diretamente os negócios da burguesia no Brasil. O aumento da competição no mercado mundial a empurra para reduzir os seus custos de produção e

buscar garantir, ao mesmo tempo, a diminuição de produtos e a manutenção de seus lucros. Para isso ocorrer é fundamental fazer a classe trabalhadora aceitar esses planos, mesmo que seja na marra.

Nos últimos anos temos nos deparado com uma brutal ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas. Temer só acelerou esse processo com a Reforma Trabalhista e a ampliação

A OCUPAÇÃO MILITAR DOS MORROS E FAVELAS:

▶ **NÃO É POR CONTA DA VIOLÊNCIA** no Rio de Janeiro, esse estado é considerado o 10º mais violento;

▶ **NÃO É PARA PRENDER OS BANDIDOS**, na verdade, ações desse tipo divulgadas antes servem para avisá-los. No Rio de Janeiro, há uma aliança da polícia com a milícia que atua livremente nos bairros pobres. Na Rocinha, uma das maiores favelas da América do Sul, um garrafão de água custa R\$ 16,00, um botijão de gás custa R\$ 100,00, os “moto-boys” têm que pagar uma taxa semanal para trabalhar, fora os “gatos” e o acharque (extorsão, ameaças) aos comerciantes, fatos que ocorrem também na Zona Oeste.

▶ **NÃO É PARA ACABAR COM A CRIMINALIDADE**, pois nenhum Estado burguês acaba com o crime. No máximo, o mantém sob controle para justificar à população o aparato policial.

Além do fato, também, de estar no Rio de Janeiro vários dos envolvidos em corrupção, que estão

soltos ou, no máximo, em “prisão domiciliar” em suas mansões.

▶ **Não é para acabar com o tráfico de drogas**, já que gerentes das “bocas” nos morros são só a base da estrutura do tráfico de drogas no país. Esse **negócio envolve cerca de 320 bilhões de dólares por ano no mundo** e precisa se apoiar nos órgãos de repressão e nos meios políticos, seja aqui ou em qualquer parte do mundo. São várias as ocorrências de apreensão de drogas que se aproximam de políticos do alto escalão. O caso da fazenda de Aloysio Nunes, por exemplo. Ou o caso famoso dos 400 kg de cocaína no helicóptero dos Perrela, em Minas. Todos sem as devidas investigações.

▶ **NÃO É PARA ACABAR COM O CRIME ORGANIZADO**, pois temos presenciado há muito tempo a formação de quadrilhas por políticos, com participação em fraudes nas licitações, desvios de verbas públicas e um longo etcetera. Ou seja, os mesmos que organizam a intervenção deveriam ser os primeiros presos. Mas, claro, não vão prender os chefes.

da Terceirização, mas já vem ocorrendo desde os governos petistas com medidas de restrição de acesso ao seguro desemprego e limitações aos benefícios previdenciários por Dilma.

Como tem aumentado a resistência da classe trabalhadora, como no 28 de abril contra a Reforma da Previdência, a medida de intervenção é parte de uma tendência de maior repressão sobre a classe trabalhadora, visando não só aprovar a Reforma Previdenciária como também garantir a aplicação de outros ataques contra os nossos direitos.

Esses ataques são também sobre a consciência de classe e buscam ganhar os trabalhadores para aceitar e concordar com os projetos da burguesia. Infelizmente têm conseguido alguns êxitos. O fortalecimento da direita e de suas ideias na cena política nacional, além de dificultar uma ação da classe trabalhadora de forma independente, ajudam a criar um clima favorável a essa intervenção.

Também tem o fato de o fortalecimento, o reconhecimento e a simpatia de uma parte da população para com as Forças Armadas, depois de décadas, servirem para apagar lembranças das atrocidades cometidas pela ditadura militar.

O HAITI COMO LABORATÓRIO

A atuação dos militares no Rio de Janeiro tem como referência a experiência que dizem ter adquirido



INTERVENÇÃO CIVIL OU MILITAR?

A intervenção militar do Rio de Janeiro é um instrumento típico do período da ditadura militar. Um interventor, desconhecido da população e sem eleição que passa a assumir um alto posto no Estado e a dar as ordens de Estado. Mesmo relacionado somente com a segurança pública, pela força dos órgãos de repressão, na prática, tudo que acontece no estado nada é sem o seu aval.

A imprensa e o governo têm se esforçado para caracterizar essa intervenção como “civil” para tentar desviar o real significado

no Haiti quando, a serviço dos Estados Unidos, Lula/PT autorizou a ocupação. O objetivo era também controlar a população pobre rebelada e também proteger as áreas industriais onde empresas como a Nike, Wrangler e Levis produziam para exportação e pagavam salários baixíssimos. Na ocasião, 2004, início da ocupação pelas tropas da ONU lideradas pelo Brasil, o governo havia sido deposto pelos Estados Unidos (<https://goo.gl/regf2C>)

Áreas com alta densidade populacional, favelas, vielas ao invés de ruas, pobreza e o risco de rebelião popular formam o “mesmo cenário”. Acumularam vasta experiência e agora aplicam por aqui contra brasileiros, pobres... Essas táticas já foram utilizadas também nas UPP’s (Unidades Pacificadoras?), implementadas

dela, no entanto, são as Forças Armadas que estão no comando (<https://goo.gl/Uc2cmW>).

Os tanques, as fardas, as barreiras e o general como interventor não deixam nenhuma dúvida sobre o caráter militar da ocupação. Ainda, o secretário de segurança nomeado e o chefe de gabinete do interventor são generais do exército.

Todo esse quadro configura sim uma intervenção militar.

Caso fosse uma intervenção civil, a situação também não melhoraria em favor da intervenção, pois continuaria tendo o caráter contra trabalhadores.

nas favelas e morros do Rio de Janeiro e já tiveram como base a experiência no Haiti.

Em comum também o fato de terem como objetivo político bem definido: manter sob controle a população pobre e tentar evitar que se rebele contra a exploração a que está submetida.

Entre outras coisas, a ocupação no Haiti deu ao exército brasileiro o “know how” (o conhecimento para saber como fazer) para operações urbanas em favelas e agora é usada nas guerras contra a população brasileira.

OS POBRES SÃO VISTOS COMO INIMIGOS DO ESTADO

As Forças Armadas (e as polícias) são instituições fundamentais do aparato repressivo do Estado burguês, portanto, atuam não para a “defesa da pátria”, mas, para a continuidade desse sistema social. Defesa da pátria, lei e ordem, dentre outras são expressões que compõem o discurso ideológico para justificar essas ações, ou seja, para esconder as suas reais intenções.

Os alarmantes dados sociais do Brasil (ver jornal Espaço Socialista e MOS 107) como desemprego, aumento de preços, cortes de verbas, o desgaste das forças

“A preservação da “Lei e da Ordem” nunca vai ser acionada contra empresas e empresários que burlam a legislação trabalhista, mantêm trabalho escravo, participam de esquema de corrupções, etc. É Lei e Ordem para a classe trabalhadora.”

políticas (e dos políticos), a desconfiança no judiciário e nas polícias são elementos de instabilidade política e, juntamente com isso, a dificuldade de a burguesia encontrar um nome para suavizar o discurso e ser candidato às próximas eleições podem contribuir com uma rebelião da população. Esse é o grande temor.

Há tempos que a esquerda socialista tem denunciado a criminalização da pobreza. Ser pobre e morador de favela, no Rio de Janeiro ou em qualquer outro local do país, já se torna alvo das forças policiais.

As invasões nas comunidades, o arrombamento de portas sem mandado judicial nas periferias, as mortes provocadas por policiais “por resistência à prisão”, o encarceramento em massa de jovens negros das periferias, entre outras tantas barbaridades são a expressão de que as forças policiais (como agente do Estado) têm os pobres como os inimigos internos. Esse encarceramento em massa de jovens negros demonstra também a existência do racismo estrutural que constitui todas as instituições e políticas de segurança pública já adotadas em nossa história e evidencia a reatualização do controle social, que possui endereço e cor de pele bem definidos.

E todo inimigo precisa estar sob vigilância. Essa é, de fundo, a razão da ocupação militar, que aumenta a escalada de violência

policial contra a população pobre.

Como disse um morador indignado com as abordagens policiais na favela: “É muita humilhação. Mas aqui é favela, eles acham que podem tudo. Quero ver fazer isso na Zona Sul” (jornal Estado de São Paulo).

LEI E DA ORDEM

“Para o Estado fazer-se presente”. Essa é a frase mais usada no discurso dos defensores da ocupação. Até parece ser simples assim.

Por que o Estado não se faz presente com Educação e Saúde públicas gratuitas e de qualidade, acabando com o déficit habitacional e as condições precárias de moradia e com salário digno para os trabalhadores?

Nenhum Estado burguês vai fazer isso, pois existe exatamente para garantir a continuidade da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora (com a manutenção da propriedade privada e a extração da mais-valia).

E quando se fala de garantir a Lei e a Ordem quer-se dizer:

Sobre a Lei: Impor sobre as pessoas a força e a violência para

se aceitar ou aprovar legislações, ou seja, impor leis que retiram direitos como a da Reforma Trabalhista; aceitar que se pague a Dívida Pública que não foi criada pelos trabalhadores em troca de diminuir verbas e deixar de investir nos serviços públicos (que são os trabalhadores que usam); impor a regra de que temos que esperar as próximas eleições para tirar os deputados ou governadores que votam contra nós, etc.

Sobre a tal Ordem: é garantir que não nos mobilizemos e que tudo ficará como está. Não por acaso o lema da bandeira brasileira é “Ordem e progresso”, foi inspirada na teoria reacionária positivista.

A preservação da “Lei e da Ordem” nunca vai ser acionada contra empresas e empresários que burlam a legislação trabalhista, mantêm trabalho escravo, participam de esquema de corrupções, etc. É Lei e Ordem para a classe trabalhadora.

O caráter ideológico da “Lei e da ordem”, serve principalmente aos capitalistas, pois garante nos locais de trabalho a submissão de classe com todo desmando e superexploração.

GOLPE MILITAR? NÃO. É DEMOCRACIA DOS RICOS MESMO!

Aqueles que se iludem com a democracia dos ricos tentam associar essa intervenção como a “antessala” de um golpe militar. Ainda que devamos permanecer vigilantes, entendemos que ainda não é assim. Essa situação é



expressão do poder da burguesia, que não tem limites para manter esse poder.

A democracia dos ricos no Brasil tem um caráter cada vez mais autocrático (de poder absoluto). É próprio da burguesia as medidas de repressão contra os movimentos sociais e a classe trabalhadora:

Não há uma passeata que não tenha polícia e ameaça de repressão. As ocupações de sem-terra e de sem-teto são tratadas como criminosas (a propriedade privada é sempre mais importante do que a necessidade das pessoas em comer e morar). Há vários militantes sendo acusados e com processos administrativos ou criminais. Nas fábricas há um verdadeiro terror, pois basta o trabalhador reclamar das condições de trabalho vem a ameaça de demissão.

Aliás, essa é uma das características de países de economia dependente em que a superexploração do trabalho é a base da acumulação capitalista. Para impor essas condições de exploração e sua intensificação faz-se necessário manter sempre de prontidão o aparato repressivo.

A ocupação, que precisamos derrotar, está prevista na Constituição Federal, isto é, faz parte da forma como a democracia

parlamentar burguesa (dos ricos) se assentou no Brasil e assim temos: Um Estado centralizado, com forte peso das forças repressivas estatais, com uma legislação com traços reacionários, com uma Lei de Segurança Nacional ainda vigente e com a atuação das Forças Armadas em vários estados como parte da “Garantia da Lei e da Ordem”.

AS RESTRIÇÕES ÀS LIBERDADES INDIVIDUAIS

Esse caráter autoritário da democracia dos ricos se expressa também no ataque às garantias democráticas conquistadas com muita luta pela classe trabalhadora brasileira. Garantias mínimas como o direito de ir e vir, restrições legais (ainda que muitas vezes não cumpridas) a ação policial, não atuação das Forças Armadas com o papel de polícia, entre outros. Até mesmo essas garantias mínimas estão sob ataque.

Com o aumento da repressão e controle sobre os pobres, os militares têm adotado várias medidas ilegais. Uma delas é o fichamento pela polícia de moradores em favelas onde realiza operação. Todos os moradores que



passam pelo bloqueio têm seus dados e documentos registrados.

A medida mais polêmica e criticada por vários setores é o chamado Mandado de Busca e Apreensão Coletivo. Em regra, esse instrumento exige endereço, nome completo e outros dados precisos, ou seja, só se pode entrar em local especificado. A proposta das forças de ocupação e de Temer é, na prática, autorizar as forças de ocupação a entrar em qualquer casa, independentemente de ter ordem judicial.

Outra reivindicação das forças militares é sobre o tipo de julgamento de atos praticados por militares (abusos, mortes e outros delitos) durante a ocupação, isto é, exigem que soldados sejam julgados pela justiça militar. Por exemplo, se um soldado do exército matar uma criança nessas operações, não seria julgado por um júri popular (Justiça comum), mas por juízes militares.

As cenas de crianças com mochila escolar encostadas nos muros sendo revistadas pelos militares também é demonstração da intensidade dos ataques à integridade moral dessas crianças, alimentando um dos imaginários reacionários de que as crianças moradoras em morros e favelas são os “futuros marginais”.

DADOS SOCIAIS DO RIO DE JANEIRO

► O estado tem uma dívida de R\$ 106 bilhões. Em 2016, mesmo suspendendo o pagamento para a União, foram pagos quase 2 bilhões de reais de juros e amortização;

► São mais de 1,2 milhão desempregados no estado. No ano de 2017, das 5 cidades que mais fecharam postos de trabalho, três são do estado;

► O déficit habitacional no estado é de aproximadamente 470 mil moradias (Fundação João Pinheiro, 2014);

► O funcionalismo público convive com atrasos nos salários. Só em 16 de

fevereiro foram pagos os salários de janeiro. Muitos ainda não receberam o total do 13º de 2017;

► A Saúde pública é marcada pelo caos. O orçamento estadual para a saúde em 2018 é de R\$ 6,3 bilhões. E o orçamento da Saúde municipal foi reduzido em 500 milhões;

► O Orçamento da Educação é de 7,5 bilhões. Insuficiente até mesmo para a recuperação das escolas sucateadas e para garantir pagamento de salários do funcionalismo do setor;

► Já para os setores de repressão do Estado (polícias, penitenciárias, etc.) o valor é de R\$ 11 bilhões, fora a intervenção do governo federal.

A CRISE SOCIAL É SUSTENTADA COM O CORTE DE VERBAS E GASTOS PÚBLICOS

O caos social e os problemas do Rio de Janeiro estão relacionados com a política econômica do governo federal e dos sucessivos cortes e redução de orçamentos para os serviços públicos, no entanto, ocorreram grandes investimentos para eventos como Copa e Olimpíadas.

Para dar um exemplo: a política de sucateamento e entrega do setor petrolífero para o capital estrangeiro influi diretamente na arrecadação do estado do Rio de Janeiro (maior produtor) porque há redução dos royalties (antes repassados ao estado e aos vários municípios).

Além disso, também foram feitos vários cortes de investimento como parte do acordo de renegociação da dívida do estado com União. Para isso foi exigido por Temer que o estado tomasse várias medidas para reduzir os gastos com serviços públicos. E Pezão aceitou sem nenhuma resistência.

Assim, o caos nos serviços públicos e por tudo que passa o Rio

de janeiro têm a ver diretamente com o projeto econômico em andamento no país e que tira dos pobres para dar aos ricos.

QUE FAZER?

O governo, a burguesia e a mídia têm apresentado com única saída para a situação do Rio de Janeiro a intervenção. Sabemos que isso não vai resolver o problema, ao contrário, a presença de militares é mais um dos problemas.

Não estamos entre aqueles que acreditam que essa tal “intervenção social” poderá melhorar a situação porque o Estado burguês é um instrumento de contenção, repressão e de aplicação da política da burguesia. Não temos ilusão que esse mesmo Estado que assassina jovens negros na periferia e reprime os movimentos sociais possa cumprir qualquer papel que não seja esse.

A solução da crise da Rio de Janeiro passa pela adoção de um programa radical, que ataque a fundo os problemas sociais como o desemprego, que construa uma rede de serviços públicos e gratuitos de qualidade, que invista em uma Educação de qualidade que atraia crianças e juventude

e não negue vaga nas creches, escolas e universidades públicas e que se invista também em cultura e lazer, dentre outros.

Também entendemos que é fundamental:

I– Deixar de pagar as dívidas externa e interna (juros, serviços, etc.) aos bancos, responsáveis e beneficiários do desmonte dos serviços públicos e com esse dinheiro investir em um plano de obras públicas, que possa gerar milhões de empregos, recuperar escolas, hospitais, construir moradias populares e saneamento básico;

II- Fim da Polícia Militar, que está diretamente vinculada ao crime organizado, tráfico e milícias.

III- Legalização das drogas. A ilegalidade das drogas serve aos propósitos dos traficantes, que se utilizam do monopólio para aumentar o preço e o lucro e manter sob seu controle milhares de jovens atuando nas bocas.

IV- Fora Braga Neto! Fora Exército e a intervenção militar!!!!

V– Pela revogação dos mandatos de busca coletivos!

VI– Em defesa das liberdades democráticas!

A LUTA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA: UMA VITÓRIA, PROVISÓRIA, DA CLASSE TRABALHADORA

Depois de atos, passeatas, campanhas de informação para a população e greve geral, finalmente, a PEC da Reforma Previdenciária foi retirada da pauta do Congresso.

Mesmo com todo o esforço do governo, com compra de votos dos deputados, apoio da mídia e campanhas publicitárias a população não engoliu as mentiras.

Combinado com a mobilização da classe trabalhadora devemos levar em consideração o fato

de haver contradições em alguns partidos burgueses, principalmente, naqueles em que os parlamentares têm sua base eleitoral nas pequenas cidades do país e os benefícios previdenciários são as principais fontes de renda.

Em 500 cidades brasileiras esses recursos representam mais de 25% do PIB da cidade. Em algumas são maiores de 60% de todos os recursos da cidade. Comparado com o Fundo de Participação dos Municípios, em 72% das cidades



os recursos provenientes dos benefícios previdenciários são maiores.

Caso a Reforma Previdenciária fosse aprovada a economia de muitas cidades seria comprometida, afetando principalmente o comércio.

No entanto, essa contradição não tira a importância dessa vitória

da classe trabalhadora, em que é preciso compreender que não é definitiva. Foi um recuo forçado e provisório do governo.

REFORMAS DO CAPITAL

Todas as reformas e leis implementadas por Temer na verdade fazem parte de algo maior que esse governo, isto é, trata-se de medidas exigidas pelo capital para responder à crise que é uma das mais profundas.

No caso da Reforma Trabalhista e da ampliação da terceirização visam a redução dos custos do trabalho para competir ainda mais no mercado mundial e garantir os lucros.

Já a Reforma Previdenciária está ligada a liberação de recursos públicos para os capitalistas ligados ao setor financeiro, especificamente ao pagamento da Dívida Pública.

Essas reformas respondem à crise brasileira e também são partes de uma política mundial do capital, pois em vários países os capitalistas estão impondo ataques aos direitos dos trabalhadores.

Portanto, não ocorre só em países de economia periférica, mas também nos desenvolvidos, como França e Alemanha que já desregulamentaram vários direitos trabalhistas e sociais.

Essas razões nos fazem crer que voltarão com essas mesmas medidas na primeira oportunidade e condições de aprovar a Reforma da Previdência no Congresso. Por isso, essa luta não terminou.

A LUTA PODE VENCER AS MENTIRAS

Pelos planos iniciais do governo a Reforma da Previdência teria sido votada em maio do ano passado. Mas, foi enfrentada por uma força enorme iniciada com a luta no 8 de março de 2017 (Dia Internacional de Luta das Mulheres) e interrompeu o projeto

do governo.

Ainda que no meio do caminho ocorreram as denúncias contra Temer o decisivo foi que, de fato, tivemos uma das maiores lutas que a classe trabalhadora brasileira levou à frente.

Uma vitória, como dissemos, parcial e que pode contribuir para que classe trabalhadora recuperasse a confiança na sua força e mais uma vez percebesse que quando se luta de forma unida as vitórias vêm.

Quando deixamos de produzir, a circulação de mercadorias é interrompida e o transporte também não funciona mostramos que a força política e social mais importante é a classe trabalhadora e sem ela nada funciona.

Sabendo disso e das dificuldades o governo (Temer ou o próximo) continuará com as mentiras, com mais chantagens, mais compra de votos e mais outras tantas manobras.

No entanto, a luta nos mostrou que é possível e necessário derrotar a Reforma Previdenciária e demais ataques. A classe trabalhadora unida e organizada é imbatível.

SEGUIR LUTANDO ATÉ ARQUIVAR O PROJETO

A retirada desse ataque à classe trabalhadora da pauta do Congresso não significa que o projeto de Reforma Previdenciária está encerrado ou “morto”. Significa que só foi adiado.

Por isso, é importante que a nossa luta esteja orientada pelo arquivamento dessa Reforma por esse governo ou o próximo (seja de qual partido for).

Se essa Reforma for aprovada milhões de trabalhadores e trabalhadoras serão obrigados (caso haja emprego) a trabalhar até os 65 anos e 62 anos, respectivamente.

Como muitos estados e até



mesmo regiões de estados, como em São Paulo, a expectativa de vida não chega a essa idade, isso significa morrer sem conseguir se aposentar. Para agravar esse quadro o tempo mínimo de contribuição para aposentadoria integral é de 40 anos.

Os efeitos dessa Reforma são o empobrecimento da classe trabalhadora, o desvio de dinheiro para os bancos e agiotas credores da Dívida Pública, as restrições de acesso aos benefícios previdenciários, entre outros.

É importante aproveitarmos esse momento de recuo o governo e continuarmos esclarecendo, informando e convencendo a classe trabalhadora sobre os terríveis efeitos da Reforma.

Assim, quando o governo tentar aprovar novamente esse projeto a mobilização da classe trabalhadora estará mais fácil forte.

Após as eleições, as condições políticas serão outras: haverá um novo governo com “voto de confiança” e os parlamentares já terão sua situação eleitoral definida. Será dessa maneira com nova situação que vão retomar e tentar aprovar a Reforma e outros ataques.

Combinado com isso está o aumento da repressão e da criminalização dos movimentos sociais e dos pobres, como ocorre com a ocupação do Rio de Janeiro por forças militares (veja matéria neste site).

Isso quer dizer que a luta vai ser muito mais dura, mais difícil.



Mas, como dissemos acima, é possível vencer com a unidade da classe trabalhadora.

Portanto, nesse sentido, o objetivo da nossa luta deve ser bem explícito: arquivar definitivamente esse projeto de Reforma da Previdência, isto é, não negociar nem um ponto da Reforma. Essa Reforma, não serve aos interesses da classe trabalhadora, somente aos interesses do capital.

A LUTA CONTRA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA COMO PARTE DA LUTA ANTICAPITALISTA

A luta contra a Reforma Previdenciária deve estar vinculada à luta contra a totalidade dos ataques do capital sobre os trabalhadores.

Além dessa Reforma já foram aprovadas várias medidas retirando direitos da classe trabalhadora, pois o capital nunca vai parar de atacar de forma espontânea, ou seja, é parte de sua essência sempre procurar mais e mais lucros.

Além de procurar derrotar a Reforma da Previdência

temos a luta pela anulação da Reforma Trabalhista e da Lei das Terceirizações, contra a intervenção militar no Rio de Janeiro, por igualdade de direitos das mulheres, pela redução da jornada de trabalho sem redução do salário, dentre outras tantas.

Portanto, trata-se de juntos à classe trabalhadora termos propostas de uma luta contra o sistema social e não só contra essa ou aquela medida.

MAIS UMA VEZ O PAPEL DAS DIREÇÕES

Durante toda essa luta a classe trabalhadora teve que lidar com o papel das principais direções dos movimentos, vacilos e traições, principalmente da CUT e Força Sindical.

A resistência em convocar a Greve Geral e, quando são pressionadas a convocar, não organizam chegando até a desmarcar sem discutir com a classe trabalhadora dificulta a organização da luta.

A realidade é que essas direções acabam mais atrapalhando do que

ajudando os movimentos de luta. Isso não é por incompetência é que no fundo não são contra essa Reforma, são contra apenas a alguns de seus pontos.

A partir do fim da década de 90, principalmente, a CUT foi assumindo um papel de gestora do capital, isto é, tanto no interior das fábricas quando assinava e apoiava acordos contrários aos trabalhadores (como banco de horas, redução de direitos, etc.) quanto na política geral (como o apoio a Reforma Previdenciária de 2003 patrocinada por Lula, também o apoio aos governos petistas de Lula e Dilma e todas as medidas de retiradas de direitos implementadas por esses governos).

Da Força Sindical nem precisa dizer muita coisa. Também apoiou Lula e agora apoia Temer.

Essa política é de comprometimento dessas direções com a governabilidade burguesa, o que caminha no sentido de evitar a mobilização da classe trabalhadora e, assim, preservar esses governos.

Portanto, considerando esses elementos, entendemos que a uma das tarefas fundamentais é a construção de uma alternativa dos trabalhadores, independente de patrões e de governos de plantão, afim de construir a organização por local de trabalho e a unidade da luta para enfrentarmos todos esses ataques. Dessa forma, poderemos enfrentar governos, patrões e direções pelegas e traidoras.

CARNAVAL CARIOCA DE 2018: NOVAMENTE, A VELHA MANIPULAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES GLOBO

Alex Brasil (Militante do Movimento de Organização Socialista)

Reescrever a história recente do país tem sido uma das constantes ações dos grandes meios de comunicações no Brasil. Além dos lamentáveis “Guias Politicamente Incorretos” editados pela Revista Veja (que teve até Lobão - argh! - como

um dos autores), essa prática tem juntado também outros “barões” da comunicação como os Frias da Folha de São Paulo e os Marinho das Organizações Globo, para citar alguns.

No caso da Folha de São Paulo, ficou marcante o absurdo



editorial escrito em 2009, dizendo que no Brasil tinha existido uma “ditabranda”, registre-se que a Folha de São Paulo cedeu seus veículos para ações dos agentes da repressão visando o extermínio da luta armada, que enfrentava a ditadura militar.

Já, no caso das organizações Marinho, no mesmo ano de 2009, a Globovídeos coproduziu o documentário “Wilson Simonal, ninguém sabe o duro que dei”, em que procura desfazer a imagem do cantor como dedo-duro a serviço da ditadura e procura colocar a tortura que o cantor encomendou ao seu contador Raphael Viviani como um ato impensado, mas não como um ato colaboracionista do artista com o regime militar.

Em outras palavras quis afirmar que: Simonal sofreu “patrulha ideológica” da esquerda, personificada no jornal alternativo “O Pasquim” e nos cartunistas Jaguar, Ziraldo e, principalmente, Henfil. Muitos que são leigos nessa história compram o barulho do documentário e vão além: Simonal também sofreu racismo por ser negro e também por ser o artista mais popular no Brasil, no final dos anos 60 e início dos anos 70.

Não quis se lembrar o documentário (coproduzido pelo casseta Claudio Manoel, então empregado muito bem pago pela emissora global) de que Wilson Simonal, antes da denúncia do Pasquim, tinha gravado “Brasil, Eu Fico” de Jorge Ben, música de qualidade duvidosa e que se

alinhou ao lado da ditadura no desafio aos guerrilheiros, feito no slogan “Brasil, ame ou deixe-o”.

Já no caso do episódio de tortura, o policial do DOPS, amigo do cantor contatado para dar a surra no contador, Mário Braga, foi um dos responsáveis pela morte do guerrilheiro Stuart Angel, do MR-8, dias antes.

Por que a tortura de um contador, envolvendo o DOPS? Simonal era sócio de João Carlos Magaldi, que também tinha outra sociedade com Carlito Maia, irmão da guerrilheira da VPR, Dulce Maia. Ao falir, o cantor desconfiou que o contador estava desviando dinheiro para Carlito Maia para este financiar a luta armada, da qual a irmã, mesmo presa e posteriormente exilada, participava.

Por fim, o próprio Simonal se declarou como informante do DOPS, em 1971, conforme relatou o jornalista Mário Magalhães, biógrafo de Carlos Marighela. Detalhe perniciosamente esquecido pelo documentário, crivado de depoimentos favoráveis de funcionários das Organizações Globo ao Simonal, como de Nelson Motta e Chico Anysio. Aliás, este último por sinal ironicamente tinha escrito antes com Arnaud Rodrigues “Vô batê pá tú”, grande sucesso de 1975 (quando Simonal já estava preso pela surra no contador). Essa letra mencionava “lavando as mãos” e a situação do cantor “Deduração um cara louco/Que dançou com

tudo/ Entregação com dedo de veludo/ Com quem não tenho grandes ligações”.

Agora, no carnaval de 2018, dentro da mesma ótica de manipulação, as Organizações Globo voltaram com força total na transmissão e edição de desfiles das escolas de samba do grupo principal do Rio de Janeiro e o alvo dessa vez foi a pequena Paraíso Tuiuti de São Cristóvão.

UM BREVE HISTÓRICO, ENTRE O NOVO COM A TUIUTI E O VELHO COM A BEIJA-FLOR

Em um desfile sem efeitos especiais estudado nos EUA no estilo Paulo Barros, a Tuiuti levantou a avenida; deu voz aos antigos, atuais e futuros escravos; também denunciou toda a manipulação feita, principalmente, pela Rede Globo; paineleiros vestidos com camisas da CBF, patos-marionetes da FIESP; o vampiro vestido de presidente e até um tucano engaiolado (imagem que a Globo não mostrou), ou seja, tudo aquilo que beneficiou, recentemente, toda a burguesia brasileira.

Não satisfeita com a edição do desfile, em seguida, o G-1-Globo, com induziu à vitória a escola Beija-Flor de Nilópolis, com um enredo “parecido” com o da pequena escola de São Cristóvão, mas que não ousou fazer as denúncias que a Tuiuti fez. Aliás, a escola de samba da Baixada Fluminense, se observarmos bem, se limitou a denunciar a corrupção, a guerra e a desigualdade social, o mercado da fé, isto é, coisas que podem estar no discurso dos partidários da Operação Lava-Jato. E nem poderia ir além: está no DNA da Beija-Flor e assim se transformou de pequena na maior potência do carnaval carioca.

Não é em demasia lembrar que a Beija-Flor subiu em 1973 para





o desfile principal com um samba exaltando à Educação oficial do regime militar. Não custa recordar que dois anos antes havia sido imposta a Reforma Educacional e implantadas as odiosas disciplinas de OSPB e Educação Moral e Cívica para adestrar a juventude, celeiro de quadros para as manifestações estudantis dos anos 60 e para a luta armada.

Para a ditadura, tanta bajulação não passou despercebida, com o regime militar enviando o professor Marco Antônio, chefe do gabinete civil do STF, para assessorar a escola (conforme expressa a música popular brasileira sob censura “Sinal Fechado”, de Alberto Moby).

No ano seguinte, enquanto Martinho da Vila tinha seu samba “Aruanã Açú” preterido na Vila Isabel – por denunciar a matança dos índios, que pode ter chegado a três mil indígenas com o crime ambiental nas obras faraônicas da ditadura (Transamazônica) – a Beija-Flor desfilava no grupo principal exaltando justamente essas obras faraônicas fundamentais para a propaganda militar do “Brasil grande” em “Brasil no ano 2000” (“É estrada cortando/a mata em pleno sertão...”).

Já em 1975, a Beija-Flor exaltaria os dez primeiros anos do Golpe Militar, cantando o PIS, o PASEP e o FUNRURAL.

Foi com a contratação do carnavalesco Joãozinho Trinta e do diretor de harmonia Laíla,

que a Beija-Flor teve a sua recompensa como escola “chapa branca”: ganhou o carnaval de 1976, exaltando a contravenção. O caminho tinha sido pavimentado antes pela ditadura.

Em 1977, “Anísio” passou o carnaval preso junto com Carlinhos Maracanã, por contravenção. Em declaração ao jornal Última Hora disse que sua prisão “não passou de mais um ato subversivo comandado por comunistas”. No entanto, a Beija-Flor não foi prejudicada e ganhou o bi. E o patrono da escola procurava se mostrar cada vez mais alinhado com seus padrinhos em Brasília.

Em 1978, no tricampeonato, em que a estética de samba no chão da Estação Primeira de Mangueira foi derrotada pelo carnaval espetáculo de Nilópolis, o carnavalesco da Beija-Flor se voltou contra o histórico compositor portelense Antônio Candeia Filho.

Candeia tinha rompido com a Portela para a fundação da escola alternativa Quilombo, propondo o “samba dentro da realidade brasileira”. Joãozinho Trinta disparou: “Pobre gosta de luxo. Quem gosta de miséria é intelectual”. E o grande líder sambista, claramente influenciado no final da vida por comunistas, rebateu à altura: “Como pode pobre gostar de algo que não conhece?”. A agremiação de Joãozinho Trinta passou a ser conhecida como “Unidos da Arena”.

Após um breve hiato nas

relações entre Globo e Beija-Flor, em 1979 – segundo consta, “Anísio” não cedeu a sua mansão em Nilópolis para as locações da novela “Pai Herói” – a Globo, em represália, buscou prejudicar a transmissão do desfile da escola.

A INSISTÊNCIA EM DETONAR O NOVO

Tudo voltou a normalidade nos anos 80 entre a emissora e a agremiação da Baixada. A Beija-Flor ganhou dividido o desfile em 1980. Introduziu temas internacionais nos enredos das escolas e em 1981, com as sete maravilhas do mundo (a antessala da “globalização” dos desfiles), ficou como vice. Ganhou, em 1983, de forma bastante suspeita, com o jurado Messias Neiva dando notas baixas para todas as escolas, por exemplo, com seis para a Portela e somente um dez para a Beija-Flor. A Portela ficou somente três pontos atrás, claramente prejudicada por Messias.

Nesse período, o parceiro histórico de Joãozinho, Laíla, tentou um voo solitário na Unidos da Tijuca, com o enredo “O que dá pra rir dá pra chorar” a luta do herói Mitavai (o povo brasileiro) contra o monstro Macobeba (as multinacionais), em 1981. O SNI infestou agentes no desfile e a Globo tentou retardar a exibição do desfile. Depois de outros enredos sociais que a escola do Morro do Borel costumava fazer antes de Paulo Barros, Laíla preferiu mares mais calmos, voltou para o Salgueiro e depois foi para o carnaval paraense até retornar para a Beija-Flor.

Em 1986, a Beija-Flor, responsável pelo carnaval hollywoodiano, introduziu o merchandising no desfile com o símbolo da Adidas em uma alegoria. Mas, os tempos no samba dos anos 80 refletiam o fim da ditadura e o crescimento

das lutas sociais. Surgia o samba-enredo político que se consagrou com a vitória do Império Serrano, em 1982, com “Bum Bum Paticumbum Prugurundum” (denunciando as “Super Escolas de Samba S/A” tipo Beija-Flor); com a conquista da Vila Isabel, em 1988, com “Kizomba, a Festa da Raça” disputando “cabeça a cabeça” com a Estação Primeira de Mangueira que vinha com o também histórico “Cem anos: liberdade, realidade ou ilusão?”. Ambos os enredos desmitificavam a farsa do centenário da abolição.

Com a volta de Laíla, a Beija-Flor, em 1989, tentou pegar uma carona no samba-enredo social com “Ratos e Urubus, larguem a minha fantasia!”. Bateu de frente com a Igreja católica, mas, foi derrotada ironicamente pelo modelo de desfile que ajudara a criar o do carnaval suntuoso da também “chapa branca” Imperatriz Leopoldinense com “Liberdade, Liberdade, Abre as Asas Sobre Nós”. Mesmo assim, “Ratos e Urubus” não deixou de ser uma resposta reacionária e um deboche de Joãozinho Trinta e Laíla à vitória de “Kizomba”: ora, se a Vila ganhou com fantasia de palha o carnaval de 1988, por que não ganhar o carnaval com mendigos?

Após novamente ter chegado tão perto ao título, a escola da Baixada que já amargava seis anos sem títulos, ficaria mais nove anos sem um carnaval. Com o avanço do neoliberalismo nos anos 90, a Beija-Flor foi reconquistando o seu lugar. Já sem João Jorge Trinta, Laíla foi para a Grande Rio, mas retornou tendo Milton Cunha como carnavalesco (o

“MAIS UMA VEZ, AS ORGANIZAÇÕES GLOBO TENTAM REESCREVER A HISTÓRIA: ANTES COM WILSON SIMONAL, AGORA COM A BEIJA-FLO. UMA MANEIRA DE FAZER PREVALECER O VELHO (MESMO LHE DANDO UMA NOVA ROUPAGEM) E UMA FORMA DE DETONAR O NOVO”

comentarista global tão econômico e monossilábico em relação ao desfile da Paraíso do Tuiuti).

Em 1998, a escola de Nilópolis voltou a ganhar um título dividido com a Mangueira, de forma bastante questionável. Nos últimos vinte e um anos, venceu exageradamente sete dos desfiles sendo um, inclusive, pouco antes da prisão de “Anísio” em 2007 (solto, com facilidade, em 1977, 1993 e depois em 2012). Outra conquista da Beija-Flor exaltou um ícone global (Roberto Carlos, em 2010). Tentou repetir a dose com o enredo exaltando outro ícone, Boni, em 2014, mas fracassou. Deu a volta por cima no ano seguinte e ganhou o carnaval com o enredo vendido para a ditadura de Guiné Equatorial, miserável país africano que financiou o desfile da azul e branco de Nilópolis.

Após a vitória de 2015 e a polêmica gerada, a Beija-Flor, mais uma vez se reinventou. Sem Joãozinho Trinta, Laíla, o maior quadro desse carnaval inaugurado nos anos 70, com grande competência oportunista, retomou o caminho tentado em 1989, com “Ratos e Urubus”. Mas, como naquele ano, sem nunca dar nomes aos bois como fez esse ano a Tuiuti. Afinal, para a Beija-Flor é necessário estar de

bem com “os podres poderes” como os governantes, a FIESP, os meios de comunicação como a Globo, etc. Foi assim que se transformou numa potência, ainda que a retórica possa enganar e a faz ganhar novamente o carnaval.

Tanto são harmoniosas as relações da Beija-Flor com os grandes meios de comunicação, que, após o desfile das campeãs (quando a Paraíso do Tuiuti foi pressionada a tirar a faixa presidencial do vampiro neoliberal) o jornalista de O Globo, Artur Xexéo, escreveu uma crônica buscando aliviar as relações passadas da Beija-Flor com a ditadura militar (dizendo que outras escolas também fizeram enredos em homenagem ao “Brasil Grande”). Também defendeu a transmissão da Rede Globo no desfile da Paraíso Tuiuti. Além disso, Xexéo desmereceu o desfile da pequena escola de São Cristóvão, que repercutiu internacionalmente e a levou a um injusto segundo lugar, alegando que a Tuiuti apostou em um “Fla X Flu” eleitoral.

Mais uma vez, as Organizações Globo tentam reescrever a história: antes com Wilson Simonal, agora com a Beija-Flor. Uma maneira de fazer prevalecer o velho (mesmo lhe dando uma nova roupagem) e uma forma de detonar o novo.

CONSTRUIR UM MOVIMENTO PELA FSA PÚBLICA E GRATUITA

Nota conjunta Espaço Socialista e Coletivo Primavera Socialista

A TRAJETÓRIA DA FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ

Como é de conhecimento, o Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA) passa por graves problemas financeiros devido à dívida crônica que tem

levado ao seu desmonte, desintegração e falência.

O CUFSA inclui a FAFIL (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), a FAECO (Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas) e a FAENG (Faculdade

de Engenharia Engenheiro Celso Daniel). Foi criado com cursos totalmente gratuitos (Lei 1840/1962). Mas, com o passar do tempo veio a cobrança de mensalidades simbólicas. Hoje as mensalidades são altíssimas, dentre as mais altas da região.

O CUFSA é uma instituição pública de direito privado, isto é, um centro universitário municipal em que a Fundação Santo André é mantenedora. A Fundação Santo André recebia subvenção da Prefeitura desde a sua criação, em 1962, no entanto, parou de receber desde 2004, durante a gestão de João Avamileno/PT. Isso foi seguido cegamente pelos demais prefeitos, o que levou o CUFSA a contar exclusivamente com as mensalidades dos estudantes para garantir o pagamento de todas as despesas, salários de professores e funcionários e com a manutenção de todo o Centro Universitário.

Essa situação por si só já nos remete ao valor das mensalidades e à triste realidade de desistências dos estudantes em fazer uma faculdade.

Além disso, a lógica de depender exclusivamente das mensalidades dos estudantes levou o Centro Universitário a uma situação financeira insustentável e catastrófica. A Reitoria do Centro Universitário e a Presidência da Fundação Santo André são contra cobrar da Prefeitura a dívida referente ao não pagamento da subvenção e a regularização da situação.

Com isso, jogam para a comunidade acadêmica (estudantes, professores e funcionários) o problema da falta de dinheiro para gerir mensalmente o CUFSA.

A crise da Fundação tem se agravado anualmente com o aumento gigantesco da desistência de estudantes (evasão), aumento do número de estudantes inadimplentes (que não conseguem

pagar as altas mensalidades), com a falta do incentivo de bolsas de estudo, atraso sistemático dos salários dos professores e funcionários, inúmeros casos de corrupção envolvendo reitoria, precarização e degradação das condições de estudo e trabalho.

Entendemos que esse caminho segue para a desintegração do Centro Universitário com o propósito de entregá-lo aos grandes grupos do ensino privado lucrativo como a Kroton e a Uniesp.

Nesse sentido, a Prefeitura de Santo André, com o prefeito Paulo Serra (PSDB) assume esse projeto com o empresariado e abandona, obviamente, a tradição da FSA de formação e pesquisa com reconhecimento na região do ABC.

A FSA sempre contou com um corpo estudantil formado, sobretudo, por filhos da classe trabalhadora oriundos das escolas públicas e com forte tradição de luta contribuindo, inclusive, para a produção teórica de lutadores de esquerda. Não é à toa e nem por “coincidência”, que a exemplo da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), tem sido tão duramente atacada.

A SITUAÇÃO DA CUFSA EM 2017

O aumento arbitrário e contínuo das mensalidades tem afastado cada vez mais a juventude pobre da universidade, seja quem está cursando e tem que abandonar ou



quem nem consegue entrar. O número de matrículas diminui a cada ano.

Para termos uma ideia, há cerca de 10 anos o CUFSA tinha mais de 14.000 estudantes matriculados. Hoje não têm 4.000.

A FAFIL é a que mais sente a precarização, seguida da FAECO e da FAENG. A FAENG, na verdade, é a faculdade com mais estudantes inadimplentes, contudo, devido a consciência política, a falta de tradição de luta e a influência de professores de direita, a maioria de seus estudantes preferem abandonar as aulas a lutar contra a precarização. Em 2017, centenas de estudantes transferiram-se para outras universidades privadas da região.

Na FAFIL, em 2017 cursos não abriram e outros abriram de forma precarizada e improvisada após a pressão dos estudantes organizados e em luta.

A SITUAÇÃO DO CUFSA EM 2018

Em 2018, houve cerca de 100 ingressantes somando todos os cursos da FAFIL, sendo que o curso com mais matrículas foi o de Direito com apenas 13 matriculados!

Essa situação, dentre outros aspectos, é reflexo principalmente

“O AUMENTO ARBITRÁRIO E CONTÍNUO DAS MENSALIDADES TEM AFASTADO CADA VEZ MAIS A JUVENTUDE POBRE DA UNIVERSIDADE, SEJA QUEM ESTÁ CURSANDO E TEM QUE ABANDONAR OU QUEM NEM CONSEGUE ENTRAR”

do alto preço das mensalidades, que por sua vez, é reflexo do não pagamento da subvenção por parte da Prefeitura de Santo André.

Diante dessa situação, surgiram várias medidas da Reitoria. Sendo uma delas a extinção de todos os cursos de Licenciatura da FAFIL – inclusive dos anos finais! É isso mesmo, na prática, representa a expulsão de estudantes! Isso levaria à transferência compulsória dos estudantes para outras universidades, proposta ilegal e que foi rejeitada pelo Consu.

Um dos argumentos utilizado pela Reitoria para atacar as Licenciaturas é de que esses cursos não são autossustentáveis, isto é, os valores de suas mensalidades não são suficientes para cobrir os custos. Uma verdadeira manobra para destruir os cursos de licenciatura e não cobrar da Prefeitura os valores devidos, pois um Centro Universitário não pode exercer esse tipo de diferenciação e sem consultar e considerar a comunidade acadêmica.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que busca extinguir os cursos de licenciatura, reduz o valor das mensalidades de cursos como Direto, Química e Ciências Contábeis.

Vale lembrar que por ser público, o CUFSA não pode aderir ao ProUni (Programa Universidade Para Todos), o que leva os estudantes a pagar o valor integral das mensalidades, com raras exceções de descontos, financiamentos e bolsas parciais.

Para piorar a situação, a quadrilha compostaporMichelTemerextinguiu o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) acabando com uma das poucas possibilidades de os estudantes de Licenciatura conseguirem pagar o curso e com a possibilidade de terem uma experiência docente ainda na graduação.

Além disso, este ano mudará a Reitoria. Três docentes concorreram nas eleições: Andrea Dias Quintao, Edvaldo Luis Rossini (Didi) e Francisco José Santos Milreu. Andreia foi a que mais recebeu votos, mas como o voto dos docentes têm peso muito maior, o candidato vencedor foi o Francisco Milreu. E o Didi, que na ocupação da Casa Amarela disse que o Choque deveria bater nos estudantes, ficou em último. Logo após o resultado veio à tona o fato de que Milreu não poderia assumir por não ser concursado. Depois Didi, esposo de Andreia, que é a mais influente os candidatos, retirou sua candidatura. Isso significa que a Andreia, com tradição de apoio à direita e muito próxima da atual Reitora, muito provavelmente será a nova Reitora e intensificará o processo de desmonte do CUFSA. Enquanto isso, justamente no momento de maior crise devido ao baixo número de ingressantes (o que já era previsto pelo movimento), a atual reitora, Leila, está de licença.

A LUTA DOS ESTUDANTES EM 2017

Os estudantes da FAFIL, vale ressaltar, não são apenas os matriculados nos cursos da área de Ciências Humanas são também de Matemática, Psicologia, Química dentre outros e sempre foram vanguarda da luta contra os ataques da Reitoria e da Prefeitura. O maior exemplo disso foi a Ocupação da Reitoria que ocorreu em 2007 e que derrubou o Reitor acusado de

corrupção.

No último período, foram os estudantes da FAFIL/FSA que também lutaram pelo pagamento da dívida que a Prefeitura tem com a Fundação Santo André, pela regularização do salário dos professores e funcionários, contra o fim do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e contra o aumento das mensalidades.

No final de 2017, em 09 novembro, ocorreu uma Assembleia Geral com mais de 200 estudantes, com representatividade de quase todos os cursos, com a aprovação da Ocupação do prédio da FAFIL exigindo a revogação do reajuste de 6,5% no preço das mensalidades de 2018 (Resolução 038/17).

No dia seguinte os estudantes conseguiram se reunir com a Reitoria, mas não se avançou na negociação. Em seguida conseguiram o comprometimento da Reitoria em convocar uma reunião do Conselho Diretor (CONDIR) que votasse, junto com alguns conselheiros e com compromisso público na Assembleia Estudantil, a revogação do reajuste das mensalidades negociada pela desocupação do prédio já que dia 12 novembro haveria o segundo e último dia de provas do ENEM. Nesta mesma Assembleia, os estudantes aprovaram a suspensão da Ocupação e o estado de greve até a terça-feira, 14.11, em que haveria a Reunião do CONDIR pela manhã



e a Assembleia Estudantil à noite.

Na terça-feira, a reunião do CONDIR ocorreu de portas fechadas com a permissão de participação de apenas 4 estudantes sem direito a voz e voto. Após várias manobras na reunião, os membros do Conselho (que inclui a Secretária de Educação de Santo André e representantes da Prefeitura) não votaram pela revogação do aumento das mensalidades. Votaram na proposta da Reitoria de apenas suspender o aumento com base em estudos, evidentemente distorcidos. Foi deixado de lado o problema da dívida da Prefeitura e os conselheiros colocaram-se publicamente contra sua cobrança.

Com o baixo número de calouros, que diminuiu significativamente esse ano, e com todo esse percurso da reitoria ficou mais uma vez evidente que nada tem ocorrido por acaso, tem sido sim uma grande manobra para sucatear ainda mais a FSA.

Diante disso, na Assembleia Estudantil foi deliberado a reocupação do prédio por tempo indeterminado tendo como principal bandeira a revogação do reajuste das mensalidades.

Com a luta, houve uma proposta de reajuste de 3,6% (que seria o índice de inflação), mas se mantiveram firme na luta pela revogação total do reajuste.

Isso gerou diversos conflitos, sobretudo devido à política de alguns professores de direita que intensificaram uma campanha de difamação da Ocupação, levando os seus manipulados a implodirem a Assembleia de 22 novembro mesmo antes dos encaminhamentos.

Ao mesmo tempo, um longo debate levou à conclusão de que quase a totalidade da comunidade acadêmica defendia a revogação do reajuste das mensalidades, contudo, não havia consenso em relação à

ocupação do prédio da FAFIL, uma vez que não afetava diretamente a Reitoria.

Desse modo, foi convocado o Conselho de Representantes de Classe (CRC) que organizou o ato em frente à Casa Amarela (Reitoria) em 24 novembro. Assim, foi deliberada a ocupação da Reitoria e a paralisação de todas as suas atividades. Com uma carta aberta foi explicado aos estudantes do CUFSA toda a situação, foi apresentada a pauta de reivindicações e com a condição de divulgar o vestibular ou boicotar caso as reivindicações fossem atendidas.

A Reitoria não só ignorou as reivindicações como solicitou a reintegração de posse de todo o campus, demonstrando o seu caráter autoritário e intransigente de novo.

A LUTA DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

Como dissemos, para sustentar a manutenção do CUFSA exclusivamente com as mensalidades dos estudantes, a reitoria busca aumentar o valor de forma a impedir a continuidade de quem não consegue pagar e faz com que o conjunto da comunidade acadêmica arque com as consequências sem cobrar a Prefeitura de Santo André.

Não só os estudantes como os professores e funcionários vivem numa situação de completo descaso. Já realizaram inúmeras reivindicações, mas não

conseguiram avanços significativos.

Os professores invariavelmente fazem ações cobrando a Prefeitura, mas quando os salários são pagos alguns desligam-se totalmente do movimento e das lutas. Infelizmente, já houve até mesmo professor dito “de esquerda” que defendeu o caráter privado da FSA como forma de garantir sua permanência no CUFSA.

A luta mais recente foi protagonizada pelos funcionários Técnicos Administrativos que entraram em greve no início de janeiro de 2018, exigindo o pagamento de salários atrasados desde julho de 2015.

Todas essas lutas do CUFSA e as lutas do movimento em geral têm sido importantes, mas não temos ainda conseguido unificar estudantes e trabalhadores de conjunto para acumularmos vitórias e sairmos do isolamento. Isoladas as categorias não conseguem impor suas reivindicações.

Para avançarmos nas pautas precisamos do apoio da população de Santo André, de toda a comunidade acadêmica e, sobretudo, da juventude pobre e da classe trabalhadora de toda a região do ABC, que está desempregada ou com empregos precários e que não pode aceitar o fim de uma universidade pública.

A NECESSIDADE DE UNIFICAR AS LUTAS

A luta contra a precarização e



a privatização da Fundação Santo André não é apenas de quem estuda na FAFIL/CUFSA, dos professores ou dos funcionários. É de toda a população que estuda e depende da escola pública e merece seguir os estudos em uma das principais universidades da região.

A juventude pobre e da classe trabalhadora precisa entrar nessa luta!

Vamos construir o Comitê Permanente de Mobilização pela FSA Pública e Gratuita para reunir estudantes, desistentes, professores, funcionários e demais moradores, ativistas e militantes da região!

Vamos lutar para a continuidade da Fundação pública e gratuita, não vamos permitir a sua privatização!

Fazemos um chamado as lutadoras e lutadores de toda a região, em especial às estudantes e aos estudantes que ocuparam a FAFIL e a Casa Amarela em 2017, ao Diretório Acadêmico Honestino Guimarães (DAHG) e a as correntes sindicais e políticas que constroem a Oposição Alternativa (uma vez que boa parte dos docentes da região são egressos da FAFIL/FSA) para organizarmos uma Plenária visando a construção desse Comitê.

A luta dos estudantes no ano passado demonstrou que é possível mudar a situação. Mesmo com muitos contra o movimento, conseguimos a suspensão do reajuste e da diminuição do índice, o que representou uma vitória dentro do quadro geral de imobilismo do movimento estudantil na região e no país.

Só conseguiremos tirar a Fundação da situação que se encontra hoje através da unidade do conjunto do movimento estudantil com a classe trabalhadora da região do ABC.

O QUE DEFENDEMOS COMO SOLUÇÃO DA CRISE DA FSA?

Somos totalmente contra o projeto de empresários e da Prefeitura que visa a privatização do CUFSA. Defendemos uma Fundação Santo André pública, gratuita, de qualidade e que atenda as necessidades humanas. Sabemos que isso somente será conquistado com muita luta e com a força da classe trabalhadora. Por isso participamos ativamente das lutas e estamos propondo a criação deste Comitê. Nossas propostas:

- ▶ Redução imediata de 50% do valor das mensalidades rumo a gratuidade;
- ▶ Anistia da dívida e matrícula imediata dos estudantes inadimplentes;
- ▶ Abertura dos livros-caixa;
- ▶ Que a Prefeitura de Santo André pague a dívida com a Fundação e volte com a subvenção;
- ▶ Regularização do pagamento dos professores e funcionários;
- ▶ Suspensão de todo tipo de

intervenção e representação da Prefeitura (como o poder de voto de conselheiro dos órgãos colegiados e a prerrogativa de nomeação de Reitor) enquanto não pagarem a dívida com o Centro Universitário;

- ▶ Verba pública para a Educação pública!

- ▶ Fim das mensalidades e federalização do CUFSA como campus da UFABC com a incorporação de todas/os estudantes e trabalhadores à comunidade acadêmica;

- ▶ Contra a perseguição e criminalização daqueles que lutam.

A LUTA DOS OPERÁRIOS NA ALEMANHA E A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA 28 HORAS

Em meio a tantos retrocessos que o capital tem imposto aos trabalhadores especialmente nesses últimos anos – como a Reforma Trabalhista aprovada na França e no Brasil que acaba com diversos direitos trabalhistas – vemos uma ponta de esperança na luta dos operários na Alemanha.

Após diversas mobilizações, greves e negociações os trabalhadores do ramo industrial do estado de Baden-Wuerttemberg conquistaram parcialmente suas

reivindicações.

Após diversas reuniões entre patronal e sindicato (IG Metall com mais de 2 milhões de filiados de trabalhadores das principais empresas do país como a BMW, Daimler, Porsche, Volkswagen, Audi, Siemens, Thyssen-Krupp, Airbus e Bosch) chegaram a um acordo. Foram seis reuniões com mobilizações, como greves de alerta e de curto prazo que ocorreram em mais de 250 empresas.

As lutas buscavam garantir uma participação justa no

sucesso econômico da indústria, mais autodeterminação no horário de trabalho, uma melhor compatibilidade entre família e trabalho e alívio no trabalho por turnos. Os operários das indústrias de metal e de eletricidade conseguiram também o reajuste salarial de 4.3% para abril (abaixo dos 6% reivindicados). E outros tiveram reajustes com pagamentos distribuídos em 27 meses: 100 euros no primeiro trimestre de 2018 e a partir de 2019 um valor adicional de 400 euros.

A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO DO SALÁRIO

Importantíssima reivindicação do movimento de trabalhadores, os operários alemães de Baden-Wuerttemberg conquistaram parcialmente o direito de reduzir a jornada de trabalho. Isso significa que os trabalhadores com mais de dois anos empregado numa mesma empresa poderão reduzir sua jornada de trabalho de 35h para 28h semanais, por um período de seis meses a dois anos desde que comprovem a necessidade de cuidados com crianças, parentes doentes ou idosos. No entanto, terão a redução salarial.

As empresas, para não saírem perdendo, forçaram uma mediação que será um importante precedente na contratação de novos trabalhadores: poderão admitir com a carga horária de 40 horas (ao invés da obrigatoriedade de carga horária de 35 horas, conquistada na histórica greve de 1984) para compensar essa redução.

A LUTA NÃO ACABOU...

Com reivindicações para garantir maior tempo livre visando uma melhor qualidade de vida, o operariado alemão, junto com o sindicato IG Metall, conseguiu realizar intensas mobilizações no país. Como afirma um dos dirigentes sindicais, Zitzelsberger: “criamos liberdade para tarefas sociais importantes e facilitamos a reconciliação do trabalho e da vida privada”.

Porém cabe ressaltar que apesar de importante, essa conquista no tempo de trabalho para uma parcela de trabalhadores, poderá ser (possivelmente será) utilizada contra os trabalhadores, coisa que os ricos têm procurando sempre fazer.

A redução para 28 horas com redução de salário para alguns trabalhadores e trabalhadoras por um tempo determinado “em troca” da possibilidade de poder contratar novos trabalhadores ou trabalhadoras aumentando (ainda que restrito) a jornada de trabalho para 40 horas semanais poderá ser

usado, então, para ampliar a jornada de trabalho e precarizar ainda mais as condições no chão de fábrica.

Mas, embora a reivindicação histórica da classe trabalhadora seja a redução da jornada de trabalho sem redução do salário, que mexe diretamente na extração da mais-valia e do lucro do empresariado, essa conquista poderá também abrir essa possibilidade com o avanço da luta, sua disseminação para o restante do país, o envolvimento de todo o operariado alemão e a classe trabalhadora de conjunto.

Para tanto, é necessário o fortalecimento e a intensificação da luta com a unidade da classe trabalhadora. Nesse sentido, observando o histórico das lutas sindicais, o sindicato IG Metall poderá contribuir para um ou para o outro caminho. Mas, deverá ser a luta da classe trabalhadora a buscar derrotar os capitalistas e seus capachos e não o inverso até que conquiste de fato o que lhe é merecido. Viva a luta da classe operária alemã!!!!



CONTATOS
espacosocialista@hotmail.com
facebook.com/espacosocialista1
www.espacosocialista.org